

Visão da semana:

em busca da recuperação

O penoso caminho da recuperação econômica continua a ser trilhado pelo Brasil, interna e externamente. Alguns pequenos acertos denotados neste início de ano podem levar a dirimir um pouco o pessimismo reinante em alguns setores, dentre os quais o do comércio exterior. Resta, contudo, lograr vitórias mais expressivas no combate à inflação, uma condição sine qua non da própria retomada em bases sólidas.

O resultado da balança comercial em janeiro — superávit de US\$ 585 milhões — pode ser considerado positivo e tem a virtude de renovar as esperanças quanto à obtenção da meta anual de US\$ 9 bilhões, que parece assim menos distante do que a de US\$ 6 bilhões aparentava ser no ano passado. Este desempenho, contudo, não esconde as dificuldades que o País continuará a enfrentar no mercado externo, em face do protecionismo norte-americano e europeu. As negociações a respeito das exportações de aço brasileiro para os EUA são um exemplo bastante representativo disso. Conquanto pareça iminente a formação de um sistema de cotas de venda, como contrapartida à suspensão das sobretaxas, a medida não chega a representar o fim das preocupações. Pelo contrário, deixa claro que serão necessários novos esforços para defender esta cota, arduamente adquirida. Aliás, a questão do aço não é a única nesse terreno do comércio exterior.

Atualmente, o Brasil encontra-se às voltas com a possibilidade de alterar substancialmente a política relativa ao café, mais especificamente no tocante à cota de contribuição, com prováveis repercussões sobre os contratos de exportação. A flexibilidade e a prudência mostram-se ainda imperativas na condução das vendas de soja. No final da semana passada, o governo houve por bem suspender temporariamente as exportações do setor, diante da ocorrência de pressões baixistas no Exterior, aparentemente contraditórias, além de inesperadas.

Os acertos neste campo precisam ser complementados internamente, a bem de induzir a um grau mais elevado de confiança na política econômica. A atitude do Banco Central, ao recomprar maciça quantidade de ORTN com ágio inferior ao registrado na sua emissão, pode significar um passo nesse sentido. Há muito que o setor produtivo da economia vem reclamando — com razão — um maior disciplinamento do mercado financeiro, sancionando-se a especulação desenfreada que dele tomou conta. Assim, aqueles que tinham apostado numa máxidesvalorização do cruzeiro terão de contentar-se em calcular seus prejuízos, pois a autoridade monetária simplesmente procedeu a um saneamento para evitar consequências catastróficas, num momento de liquidez apertada.

Todavia, ainda há muito por fazer da parte do governo. Uma postura mais decidida a respeito da desindexação não poderia ser adiada por muito tempo, bem como um elenco de medidas destinadas a fomentar o nível de investimentos produtivos a partir de uma política tributária mais adequada. Isto requereria também maior seletividade nos investimentos públicos cujo efeito multiplicador é suscetível de reativar setores fundamentais do sistema econômico, mormente na esfera industrial. Empresários da iniciativa privada voltaram a salientar suas preocupações com a queda de encomendas do governo à indústria de base, além de sofrer as graves consequências do atraso nos pagamentos às suas empresas.

Não é apenas a grande unidade produtiva que sofre nas atuais circunstâncias. Prova disso foi a manifestação de representantes das pequenas e microempresas, que clamam por condições que permitam sua sobrevivência. Claro está que, nos períodos de profunda recessão, são elas as mais afetadas, por não dispor de meios (qualquer que seja sua natureza) para enfrentar as adversidades da inflação, das taxas de juro, etc. No entanto, é patente que a preservação desse importante segmento da economia não passa apenas por um plano de fórmulas mágicas elaboradas exclusivamente em sua defesa, mas, antes de tudo, pelo retorno ao crescimento global e ao estímulo para investir.